

Congresso corrige erro e aprova Constituinte

Brasília—Fotos de Wilson Pedrosa

Brasília — Em apenas 14 minutos, numa sessão de uma hora, 55 dos 69 senadores corrigiram o erro que levou à anulação da votação da madrugada e aprovaram finalmente, na tarde de ontem, a convocação da Assembleia Constituinte, que será eleita a 15 de novembro de 1986 e instalada a 1º de fevereiro de 1987. Não houve qualquer voto contra ou abstenção. Na Câmara, pela madrugada, a proposta recebeu 324 votos a favor e 59 contra, com duas abstenções.

A emenda enviada pelo presidente José Sarney ao Congresso foram acrescentados dois artigos polêmicos, causadores da tensão que prolongou a tramitação por 105 dias: os novos prazos de desincompatibilização e a ampliação da anistia. Mas a grande surpresa foi a aprovação de destaque, apresentado em outubro pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que impede os deputados e senadores a serem eleitos em 1986 de assumir suas funções de congressistas até que a nova Constituição, que vão elaborar, seja promulgada.

Euforia interrompida

A votação da tarde no Senado completou um total de 46 horas de votações entre outubro e novembro, interrompidas apenas no período das eleições municipais. Foi possível porque o presidente do Senado, José Fragelli, decidiu anular a votação da madrugada de ontem no Senado, realizada após a aprovação da Câmara. Ambas foram nominais, desprezando-se o painel eletrônico.

Mãos unidas, braços erguidos e com gritos de alegria, deputados e senadores do PMDB, PFL, PDS, PCB e PC do B chegaram a comemorar a aprovação da Constituinte, às 3h da madrugada de ontem, quando Fragelli anunciou os votos de 46 senadores a favor da emenda. A euforia durou meia hora, tempo que os deputados Nadyr Rossetti (PDT-RS) e José Genoíni (PT-SP) levaram para descobrir a brecha que obrigou o presidente do Senado a anular a votação.

Genoíni e Rossetti conseguiram descobrir, entre os votantes, o nome do senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), que não constava da lista de presença — e era o 46º voto, que garantia o quorum mínimo de dois terços do Senado necessário à aprovação. A primeira reação de Fragelli foi lembrar que, como os resultados já estavam proclamados, legalmente não haveria mais possibilidade de anulação. Acrescentou que ele próprio, como presidente do Senado, poderia ter votado em caso de empate e, assim, de qualquer forma estaria garantida a aprovação.

Esforço

Mas Fragelli, para provar que não tinha havido qualquer "intenção de dolo" por parte da mesa, decidiu acatar a anulação e convocar nova votação para as 14h de hoje. Já estava confirmado que Derzi encontrava-se no Rio desde a tarde de quinta-feira.

Com a decisão de Fragelli, estabeleceu-se um tumulto no plenário da Câmara — onde se realizam as sessões do Congresso, reunindo senadores e deputados. O PT queria aproveitar a chance para derrubar todo o resultado, inclusive o da Câmara. O líder do PMDB, deputado Pimenta da Veiga, correu ao telefone para comunicar "a zebra" ao presidente José Sarney, que antes fora avisado da aprovação da emenda. Os líderes do PFL e do PMDB no Senado, Carlos Chiarelli e Humberto Lucena, telefonavam para as casas dos senadores, pedindo que não deixassem Brasília.

No telefonema a Sarney, Pimenta aproveitou para pedir que ele desligasse, da comitiva presidencial que embarcaria pela manhã para Aracaju e Recife, os senadores Cid Carvalho (PMDB-PE), Nivaldo Machado (PFL/PE), Lourival Batista (PFL/SE) e Albano Franco (PFL-SE). O presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, também contactou os senadores que já haviam deixado o plenário, para que permanecessem em Brasília.

Dois dos que embarcariam com Sarney — Nivaldo Machado e Lourival Batista — não foram achados e acabaram capturados já na Base Aérea de Brasília. Chiarelli, que foi buscá-los, aproveitou para comunicar a Sarney que a votação seria definitivamente concluída à tarde.

"Cumprimos um compromisso com a nação", exultou Ulysses Guimarães após a votação no Senado, à tarde. Ele, que havia sido diretamente atingido com o episódio do substitutivo elaborado pelo deputado Flávio Bierrebanch (PMDB-SP), que contrariava todos os acertos entre as lideranças e o governo, acabou sendo um vitorioso. Afinal, Ulysses foi o grande responsável pela atração dos senadores para a emenda da Constituinte autônoma.



Pimenta (E), Ulysses e Goldman comemoram a convocação da Constituinte, uma bandeira do PMDB

Emenda ganha a versão final

Brasília — Uma Constituinte meio exclusiva, meio congressional — "atípica", na opinião do senador Itamar Franco (PMDB-MG) —, arrastando consigo uma revisão da anistia que não corrige integralmente as falhas da anistia de 1979 e um novo cronograma de desincompatibilizações, que obrigará o presidente José Sarney a antecipar a reforma ministerial.

A emenda, original resumia-se à convocação e regulamentação da Assembleia Constituinte. A proposta do presidente Sarney sofreu modificações, primeiro na forma do substitutivo do deputado Flávio Bierrebanch (PMDB-SP), recusado pelo governo e derrubado pelas lideranças do PMDB e PFL depois veio o substitutivo do deputado Walmor Giavarina (PMDB-PR) que com pequenas modificações que tiveram o consentimento governamental, tornou-se a versão final, aprovada na tarde de ontem.

A Constituinte será instalada a 1º de fevereiro de 1987, composta pelos deputados federais e 46 senadores a serem eleitos em 15 de novembro de 1986 e pelos 23 senadores eleitos em 1982, cujo mandato vai até 1990. Com mesa e presidente únicos — desaparecerá temporariamente a distinção entre Senado e Câmara —, a Constituinte definirá como será encaminhada a legislação durante o período em que deputados e senadores estarão dedicados exclusivamente à tarefa de elaborar a nova Constituição.

A anistia foi, durante o primeiro turno de votação, em outubro, o grande obstáculo à aprovação da Constituinte. O deputado Jorge Ueque (PMDB-RS) havia apresentado subemenda que dava aos militares e funcionários civis afastados pelo regime de 1964 direito de reintegração e ressarcimento — o que foi negado pela anistia de 1979.

A proposta de Ueque acabou derrotada e o que foi aprovado beneficia os punidos por motivos políticos, que terão direito de receber os mesmos proventos a que teriam direito se estivessem em serviço ativo. A manutenção da palavra "conexos" abre uma brecha para os funcionários e militares punidos por motivos não declaradamente políticos recorrerem à Justiça.

O terceiro e último artigo da emenda da Constituinte trata da desincompatibilização. Os governadores e prefeitos, que tinham prazo de cinco meses para deixar seus cargos quando candidatos, terão, agora, que se desincompatibilizar seis meses antes da eleição. Os ministros, secretários de estado e dirigentes de entidades públicas, tiveram seus prazos de desincompatibilização ampliados de cinco meses (ministros) ou seis meses (todos os outros) para nove meses, salvo quando detentores de mandatos parlamentares. Neste caso, terão que deixar os cargos quatro meses antes da eleição. Os candidatos aos cargos municipais, à exceção de governadores e prefeitos, terão prazo de quatro meses.



No plenário, esperando pela votação da madrugada, o sono abateu muitos

Ministros lutaram por prazo

Brasília — Roberto Gusmão, ministro da Indústria e Comércio, tentou. Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, também. Waldir Pires, da Previdência, e Aureliano Chaves, de Minas e Energia, tinham seus emissários. Apesar das articulações e pressões, os dez ministros sem mandato parlamentar não conseguiram redução do prazo de desincompatibilização e se quiserem se candidatar em 15 de novembro de 86 terão que deixar os cargos em fevereiro.

O lento processo de negociação e votação da emenda da Constituinte se explica, portanto, pela movimentação de bastidores dentro e fora do Congresso. Contra a Constituinte, votaram parlamentares do PT, PTB e PDT. Seu alvo: o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que saiu vitorioso com a aprovação da Constituinte exclusiva.

Se rejeitada a emenda da Constituinte entraria em pauta a emenda Gastone Righi, líder do PTB, que previa um Congresso com poderes de Assembleia Constituinte. Nela, o Senado e a Câmara elegeriam seus presidentes e o do Senado seria candidato natural à presidência da Constituinte — como já é, hoje, à do Congresso. Ulysses, impedido pelo regime de se reeleger presidente da Câmara, perderia a Vice-Presidência da República, uma alavanca para suas pretensões ao Palácio do Planalto.

PONTA DL LANÇA

Flávio Favaretto, secretário-geral do Ministério da Indústria e do Comércio e candidato à Constituinte, telefonou a deputados e trabalhou, como o ministro Roberto Gusmão, pelo prazo de desincompatibilização de seis meses. Gusmão está sendo sondado, para disputar uma vaga de senador em São Paulo, pelo vice-governador e candidato ao governo Orestes Quércia.

O ponta-de-lança do ministro Antônio Carlos Magalhães foi o deputado Djalma Bessa (PDS-BA). Em meio ao processo de votação, Bessa tentou apresentar uma emenda, reduzindo para seis meses o prazo de desincompatibilização dos ministros sem mandato. A manobra naufragou.

Malsucedidas as tentativas, apenas um dos 13 parlamentares baianos solidamente ligados ao Ministro das Comunicações esteve em plenário na votação da Constituinte: Antônio Osório, do PDS, que votou contra. Também da Bahia, Waldir Pires, Ministro da Previdência, era contrário ao prazo de seis meses, entendendo como "imoral" a discriminação entre ministros com e sem mandato. O deputado Domingos Leonelli, do PMDB baiano, debateu na tribuna em nome de Waldir e pelo prazo de seis meses.

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, preferiu o jogo de cena. Na véspera, anunciou ser candidato ao governo de São Paulo. Se efetivamente for complica-se o quadro paulista. Para que isso não aconteça, o governo o convidaria a permanecer no ministério, o que imagina e deseja.

O ministro das Relações Exteriores trabalhou pelo prazo de nove meses. Candidato ao Governo de São Paulo, Setúbal quer deixar o ministério em fevereiro, ainda a tempo de pegar carona na onda da vitória janista. Aureliano Chaves foi discreto, mas o deputado José Ribamar Machado (PFL-MG) votou contra.